

cursos de forma permanente; o segundo maior contingente era de professores participantes. No tocante à titulação, a maioria era de doutores. Em relação ao regime de trabalho, a maior parte dos professores tinha dedicação exclusiva.

Com relação aos estudantes, buscou-se saber: o motivo que os levou aos estudos pós-graduados, a idade, o sexo, a origem socioeconômica e cultural, bem como a condição acadêmica dos candidatos e dos alunos novos, além da situação de trabalho e dedicação aos estudos. Chama a atenção o fato de que os estudantes ingressaram na pós-graduação por conta de uma acentuada percepção das mudanças no contexto socioeducativo e da possibilidade de abertura de novos canais de ascensão social.

O quinto capítulo, “O ensino e a pesquisa na pós-graduação”, registra um olhar mais detalhado do exercício das funções básicas de ensino e pesquisa dos atores. As questões em destaque são: quais as características do processo de ensino-aprendizagem desenvolvido nos programas, e em que se diferencia do ensino de graduação? E como se dá o processo de pesquisa dentro deles? Como se dá o ensino para a investigação? Uma primeira constatação que aparece na análise dos resultados da pesquisa é que persiste o ensino tradicional. Embora houvesse flexibilidade dos currículos, os procedimentos didáticos mais utilizados eram as aulas teóricas, expositivas e formais, e os instrumentos mais comuns de avaliação referiam-se aos trabalhos escritos ou monografias, provas e exames escritos por disciplina. O grande diferencial dos procedimentos pedagógicos da pós-graduação era o regime de tutoria acadêmica, indicando que as atividades de pesquisa conquistaram, definitivamente, seu espaço nas instituições de ensino superior.

Em a “Avaliação e auto-imagem da pós-graduação”, título do sexto capítulo, os autores oferecem uma visão avaliativa das condições de trabalho desse nível de ensino e da auto-imagem que os coordenadores, professores e alunos fazem dos seus programas. Em relação ao primeiro aspecto, são abordadas questões referentes à disponibilidade de recursos, características dos planos de estudo e das bibliotecas utilizadas, bem como os aspectos críticos que envolvem os estudos desenvolvidos nos programas. No segundo, observa-se o nível de exigência acadêmica dos programas, seu grau de diferenciação e de integração com a graduação e, finalmente, as opiniões a respeito do grau de auto-suficiência do sistema para formação de profissionais de alto nível no país.

A pesquisa mostrou, segundo os autores, que os programas, à época, desfrutavam de prestígio no âmbito das universidades e no seio da sociedade. Contudo, alertam para o fato de que se faziam necessárias medidas de apoio externo para que esse prestígio não viesse a ruir, sendo fundamental que a produção de pesquisa e a formação de professores assumissem um padrão de qualidade e um grau de relevância tal que não permitissem frustrar uma das mais destacadas conquistas da sociedade brasileira e latino-americana no plano do desenvolvimento cultural, científico e tecnológico, que foi e é a pós-graduação *stricto sensu*.

Salientamos, ainda, a importância de retomar a publicação de *A pós-graduação na América Latina: o caso brasileiro*, não apenas como curiosidade histórica, mas, sobretudo, para perceber que nessas quatro décadas a pós-graduação brasileira se desenvolveu muito, não apenas em quantidade, mas em qualidade. Além disso, a obra nos permite olhar, comparativamente, o passado e o presente, no sentido de compreender melhor alguns aspectos de

permanência e de avanços e apontar desafios a serem enfrentados por essa modalidade de formação em nosso país.

*Adriana Cláudia Turmina*

Mestre em educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). *E-mail: aturmina@hotmail.com*

*Vânia Maria Alves*

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC. *E-mail: vaniamarialaves@bol.com.br*

BIANCHETTI, Lucídio, MACHADO, Ana Maria (orgs.). *A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações*. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 2002, 408p.

Orientar, (des)orientar, ou a difícil arte de conduzir à redação.

Outubro de 2002. Perdida em meio ao processo de elaboração de meu projeto de tese, com o qual disputaria uma cobiçada vaga no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, deparei-me com o livro desta resenha.

Nosso encontro não poderia ter sido mais oportuno. Devorei suas quatrocentas e oito páginas, distribuídas entre os vinte e um artigos, incluindo prefácio e apresentação, de um fôlego só. Confesso que fiz escolhas. Não li os artigos na seqüência proposta. Mas, a partir de minha própria angústia ante a “síndrome da página em branco”, percorri o sumário com a avidez dos necessitados. Depois de ler o prefácio e a apresentação, certifiquei-me de que encontraria se não algumas respostas para meu quase pânico, pelo menos muitas perguntas e a companhia de experientes orientadores para uma conversa sobre a misteriosa atividade criativa a que estava desejando me submeter. É um pouco

sobre essa experiência de leitora que pretendo escrever, com a licença de minha orientadora, nesta nada ortodoxa resenha.

A leitura realizada por minha orientadora também foi muito oportuna, pois levou-a a repensar algumas práticas assumidas e a melhor entender alguns episódios mal-sucedidos em matéria de orientação da escrita de dissertações e teses. Se “escrever é preciso”, repensar também é preciso.

Em primeiro lugar, é importante reforçar a oportunidade de um livro com essa temática – o papel e a função do orientador – em um momento histórico de grande expansão dos programas de pós-graduação, principalmente os *stricto sensu*, cuja exigência (cada vez mais premida pelo tempo) é a produção de trabalhos finais em forma de dissertações e teses, logo, atividades que envolvem a capacidade de criação e autoria na expressão dos resultados de pesquisas e investigações das mais variadas áreas e temas.

É, pois, disso que trata essa coletânea: como dar visibilidade à complexa atividade de orientação a partir da fala dos próprios sujeitos professores-orientadores, reunindo em uma mesma obra artigos que vêm sendo produzidos ao longo dos últimos anos e que focalizam essa problemática. O que realmente significa a orientação no processo de produção do conhecimento? Seria a orientação uma atividade apenas resultado de intuição e experiência? Como colocar em discussão tão delicado assunto? São algumas dessas questões que o livro tenta examinar e discutir com o concurso de vários autores-orientadores.

Como dizem os organizadores na apresentação do livro, “trata-se de um conjunto de textos seminiais, fundantes e inaugurais, que procuram tornar acessível, a um conjunto mais amplo de pessoas, as preocupações, as experiências, as análises e as sugestões daqueles

que têm a responsabilidade de tornar públicos a caminhada e os resultados das pesquisas desenvolvidas no âmbito da universidade” (p. 23).

Diferente de todas as obras de cunho prescritivo que lêem orientadores e orientandos, cada qual por motivo diferente, os artigos dessa coletânea não tratam exatamente do “como fazer”, mas abordam o delicado e complexo processo de orientar/escrever, com todas as suas vicissitudes, no seu mesmo momento de “vir a ser”. Não é, portanto, um asséptico manual de metodologia (importantes e necessários – os pós-graduandos que o digam...) que, de certa forma, ajuda a tranquilizar os autores/escritores. É, pelo contrário, um conjunto de textos que poderá provocar alguma angústia imediata, mas que, a mais longo prazo, certamente será de grande valia para orientandos e orientadores, uma vez que discutem os processos direta e indiretamente envolvidos com a nobre e espinhosa tarefa da orientação.

Foi a partir dessa percepção que não hesitei em presentear (estávamos próximos do final do ano) alguns amigos mais chegados, todos professores universitários mais ou menos principiantes na atividade de orientação, exceção feita à minha orientadora, que é bastante *senior* no *métier*, com um exemplar de *A bússola do escrever*. As manifestações que resultaram da leitura foram inspiradoras de muitas conversas sobre o processo criativo e a responsabilidade de quem tem por tarefa colaborar tão de perto com a formação de novos pesquisadores.

O primeiro artigo, “A ‘revisão da bibliografia’ em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno”, de Alda Judith Alves-Mazzotti, muito adequadamente abrindo a coletânea, conseguiu analisar o papel da revisão bibliográfica em trabalhos de pesquisa, um assunto até certo ponto árido e pouco “ensinável”, de uma forma mui-

to criativa e cheia de bom humor, quando, depois de teorizar com competência sobre o tema, desfila, caricaturando, os tipos mais comuns de revisão a serem evitados. Não há quem não se divirta lendo, mas ao mesmo tempo se identifique em algum momento com algum dos tipos. A gente ri de nervoso, à medida que vai se encontrando ou encontrando o orientando nesses descaminhos.

O segundo artigo, “A relação entre a autoria e a orientação no processo de elaboração de teses e dissertações”, de Ana Maria Machado, discute as diversas dimensões da escrita e do processo de escrever, em uma abordagem que parte da psicanálise e da lingüística para explorar outras disciplinas e práticas de laboratórios de escrita. As pesquisas e experiências da autora, que dão base ao artigo, estão voltadas ao desenvolvimento de estratégias para promover a autoria. Nesse sentido, fala da importância da figura do orientador no *processo subjetivo de* (alguém) *tornar-se autor*. Para fazer isso, dialoga com pesquisadores escolhidos em função de sua produção ligada a temas associados à função do orientador de teses e dissertações ou próximos da autoria, numa espécie de inventário do “estado do conhecimento”.

O terceiro artigo, “Pós-graduação e pesquisa: o processo de produção e de sistematização do conhecimento no campo educacional”, de Antonio Joaquim Severino, já vem carimbado como leitura obrigatória para quem conhece a experiência e os trabalhos do autor nessa temática. O objetivo desse texto, como ele próprio declara, é fazer algumas considerações analíticas e propositivas sobre o modelo de pós-graduação em educação implantado no Brasil, “destacando e comentando aspectos que são substantivos para sua sustentação, garantindo-lhe maior eficácia na consecução de seus objetivos” (p. 68). O autor parte do princípio de

que a pós-graduação, pela sua própria natureza, é o lugar de produção de conhecimento e, portanto, tem na pesquisa sua atividade central, com tudo o que o processo investigativo significa de exigências epistemológicas, metodológicas e técnicas. Aborda, então, as práticas e posturas acadêmico-científicas necessárias para a consecução dos objetivos da pós-graduação, discutindo também seu papel e seus resultados.

O artigo de Ático Chassot, “Orientação virtual: uma nova realidade”, conduz-nos à novíssima experiência das orientações mediadas pela máquina, nesse caso o computador, que transforma as distâncias mais incríveis em presença virtual: “a verdadeira distância entre orientador e orientando se mede pelas facilidades de um e de outro acessarem a internet” (p. 99), diz ele. De uma forma quase poética, Chassot faz uma retrospectiva de seu processo de escrita, ressaltando as transformações por que passou a técnica do escrever em tão poucos anos, da lousa e da pena aos potentes computadores, sempre enfatizando que “escrever é preciso” e o “ensinar a escrever é necessário”, já que a produção de uma tese ou dissertação é, também, um problema de redação. Como ele parte dessa discussão para a questão da orientação “internética”, deixarei em *suspense* para o leitor saborear na leitura de seu heterodoxo estilo.

O artigo seguinte, “Memórias de um orientador de tese: um autor relê sua obra depois de um quarto de século”, de Cláudio Moura Castro, republicado vinte e cinco anos depois de sua primeira edição, revela o ecletismo do livro em análise e a busca dos organizadores, feito garimpagem, de tudo o que de importante foi produzido a respeito da temática ao longo dos anos em que a pós-graduação se faz presente no Brasil. Impressiona a atualidade das observações e críticas (quase cáusticas) que o autor faz sem

poupar ao que ele considera “problemas de qualidade das teses”. Quando discorre sobre “o que não é uma tese”, dá excelente e muito atual contribuição tanto para alunos quanto para orientadores de por onde não transitar. É um ensaio prescritivo, como reconhece o próprio autor, mas de conteúdo muito mais crítico do que apenas formal, de grande valia àqueles que se embrenham na aventura de escrever/orientar uma tese.

Os três artigos que vêm na sequência – “A pós-graduação em educação no Brasil: pensando o problema da orientação”, de Dermeval Saviani; “O desafio de escrever dissertações/teses: como incrementar a quantidade e manter a qualidade com menos tempo e menos recursos?”, de Lucídio Bianchetti; e “Avaliação na pós-graduação brasileira: novos paradigmas, antigas controvérsias”, de Maria Célia Marcondes de Moraes, incluindo-se, ainda nesse conjunto, o artigo de Miriam Jorge Warde, “Sobre orientar pesquisa em tempos de pesquisa administrada” –, demonstram a preocupação com a nova fase da pós-graduação, especialmente na área da educação, e as atuais exigências em seu processo de avaliação num momento histórico de grandes modificações nas políticas públicas em educação no país. A principal discussão nesses textos coloca como questão central a exigência cada vez maior de produção científica de qualidade (de nível internacional, muitas vezes), cada vez menos com apoio financeiro das agências de fomento, em tempos cada vez mais reduzidos. Como resistir ou como dar conta dessas exigências é o tema que os autores, cada um à luz de sua importante experiência, propõem à discussão.

Quebrando um pouco a sisudez que a gravidade da questão impõe, os textos “Viver a tese é preciso!”, de Maria Ester de Freitas, e “Publicar ou mor-

rer”, de Olinda Evangelista, muito leves, bem escritos e recheados de bom-humor (mais irônico, certamente, no último caso), constituem-se em estratégia dos organizadores para fazer os leitores relaxarem um pouco e continuarem a empreitada. Ler esses dois artigos é concordar com a afirmação de que a sabedoria e o bom-humor frequentemente andam juntos.

Falar, um pouco que seja, de cada artigo que compõe este livro, tendo comentários críticos que digam ao potencial leitor da validade de sua leitura, como determina o gênero resenha, é tarefa quase impossível dentro do limite de espaço padrão para esse tipo de exercício, de tal forma que apenas mencionaremos os títulos dos demais artigos para estimular/aguçar a vontade e a curiosidade dos leitores de ter acesso a essa obra. São eles: “A orientação da pesquisa nos programas de pós-graduação”, de Mário Osório Marques, de saudosa memória; “A necessidade da orientação coletiva nos estudos sobre cotidiano – duas experiências”, de Regina Leite Garcia e Nilda Alves; “Treze ‘teses’ sobre a pós-graduação no Brasil em filosofia, ciências sociais e educação”, de Paulo Ghiraldelli Jr.; “Orientação: a aventura compartilhada”, de Regina Zilbermann; “Argentina: el acceso a los posgrados como urgência reglamentaria”, de Roberto Agustín Follari; “Manual infame... mas útil, para escrever uma boa proposta de tese ou dissertação”, de Sandra Mara Corazza – este, um primor de criatividade, me fez rever tudo o que havia escrito em meu projeto de tese até aquele momento, estimulando minha ousadia em quebrar alguns ícones formais; “Universidade: nos bastidores da produção do conhecimento”, de Teresa Maria Frota Haguette, republicação de um artigo seu de 1994, o que nos fez sentir muitas saudades dos escritos competentes da professora Haguette sobre a pes-

quisa em ciências sociais; e, por fim, “Impulsão para a escrita: o que Freud nos ensina sobre fazer uma tese”, de Vera Lúcia Colucci, fechando o livro de maneira nada ortodoxa, como se a dizer que em matéria de criação “Freud também explica”.

À guisa de conclusão, voltamos a reforçar a importância e a oportunidade dessa obra, já na segunda edição, recomendando fortemente sua leitura a todos aqueles que, envolvidos em programas de pós-graduação desse (orientandos) ou daquele lado do processo (orientadores), queiram viver a plenitude dessa experiência.

*Vera Lúcia Bazzo*

Professora do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina; doutoranda no Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

*Merion Campos Bordas*

Professora da Faculdade de Educação da UFRGS

*Avaliação e perspectivas na área de educação: 1982-1991. Porto Alegre: ANPED, set. 1993, 227 p.*

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) realizava, periodicamente, uma avaliação e perspectivas de todas as subáreas do conhecimento, visando conhecer seu estado e indicar caminhos para consolidação ou eventuais reformulações. Na área de educação, as primeiras avaliações e perspectivas foram feitas em 1977 por Aparecida Joly Gouveia, em 1978 por Divonzir A. Gusso e em 1982 por Bernardete A. Gatti, cobrindo o período de 1978 a 1981. Em 1988, por problemas de gestão da instituição contratada, na área de ciências humanas e sociais, a subárea de

educação foi a única que não foi contemplada. Convidada pelo CNPq, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) encarregou-se da realização do estudo, por meio de contrato com essa agência, tendo sido decidido que seria abrangido o período 1982-1991.

Em decorrência, com a coordenação de Carlos Roberto Jamil Cury, foi realizada ampla pesquisa intitulada *Avaliação e perspectivas na área de educação: 1982-1991*, compreendendo um histórico da área nesse período, uma avaliação de sua trajetória, com base em análises específicas, e o delineamento de perspectivas futuras.

O relatório final, entregue ao CNPq e distribuído apenas aos programas de pós-graduação e aos pesquisadores que haviam realizado os trabalhos, continha um documento-síntese e onze estudos:

0. Carlos Roberto Jamil Cury – Avaliação e perspectivas na área de educação: 1982-1991
1. Osmar Fávero – A trajetória da pós-graduação em educação no âmbito institucional
2. Miriam Jorge Warde – A produção discente dos programas de pós-graduação em educação
3. João Pitombeira de Carvalho – Avaliação e perspectivas da área de ensino de ciências e matemática
4. Maria Rita Neto Sales Oliveira – Educação e informática
5. Maria Malta Campos – Avaliação e perspectivas para a educação no âmbito do CNPq
6. Maria Julieta Costa Calazans – Avaliação e perspectivas da pesquisa em educação na FINEP
7. Bernardete A. Gatti – O papel das agências internacionais, das agências estaduais e de grupos não ligados diretamente a universidades

8. Bernardete A. Gatti – O projeto de intercâmbio em pesquisa educacional e seus conseqüentes
9. Osmar Fávero e Bernardete A. Gatti – A relação da comunidade científica com as agências de fomento à pesquisa e de coordenação da pós-graduação
10. Tina Amato, Osmar Fávero e Walter Garcia – Para uma avaliação dos periódicos brasileiros de educação
11. Antonio Chizzotti – A pesquisa através das publicações em periódicos

Posteriormente, dois outros estudos, não divulgados nem mesmo restritamente, vieram complementar as análises específicas:

12. Teresinha Fróes Burham – A pós-graduação em educação a partir das avaliações da CAPES
13. José Luiz Domingues – Avaliação e perspectivas em educação no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)

Esse foi certamente o maior trabalho conjunto da área em termos de avaliação. Os resultados preliminares foram discutidos em duas reuniões do Fórum de Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação em 1992, e apresentados globalmente na 16ª Reunião Anual da ANPEd, em 1993. Motivou ainda uma proposta de auto-avaliação dos programas, coordenada pela ANPEd, que não vingou. E deu origem a projetos de várias pesquisas complementares, por exemplo: quanto à qualidade das dissertações e teses produzidas; quanto à distribuição e utilização dos periódicos em educação, principalmente os que divulgavam resultados de pesquisas, para fins de apoio e avaliação de conteúdo; quanto ao efetivo papel dos comitês assessores etc. A rigor,